



## OS CONGOS DE MILAGRES: CULTURA E RESISTÊNCIA NEGRA NO CARIRI CEARENSE

*Cícera Nunes<sup>1</sup>*

**Resumo:** Os Congos de Milagres são parte do legado africano no Cariri cearense, entretanto, pouco conhecidos e ainda pouco estudados, do ponto de vista da cultura do Ceará e do seu aporte para a educação. No presente artigo fazemos uma análise deste artefato da cultura negra caririense estabelecendo as relações com a influência africana no Brasil. O estudo das africanidades caririenses desvelou histórias desconhecidas e que carregam elementos significativos para se compreender o contexto histórico-cultural local. Este conhecimento se contrapõe ao discurso da invisibilidade negra no Estado do Ceará e se constitui componente importante para a formação das crianças e jovens negros e não-negros que frequentam as escolas da região.

**Palavras-Chave:** Congos de Milagres. Africanidade. Educação.

### THE CONGO DOS MILAGRES: BLACK CULTURE AND RESISTANCE IN CARIRI CEARENSE

**Abstract:** The Congo dos Milagres is part of the African legacy in the Cariri cearense, however, little known and poorly studied, from the point of view of the culture of Ceará and its contribution to education. In this article we analyze this artifact of the black culture of Cariri by establishing relations with the African influence in Brazil. The study of caririenses Africanities unveiled unknown stories and that carry significant elements to understand the local historic and cultural context. This knowledge is contrasted to the discourse of black invisibility in the State of Ceará and constitutes an important component in the formation of children and young blacks and non-blacks who attend local schools.

**Keywords:** Congo dos Milagres, africanities, education.

### LES CONGOS MIRACLES: CULTURE ET RESISTANCE NOIR DANS CARIRI CEARENSE

**Résumé:** Les Congos de Miracles font partie de l'héritage africain dans Cariri cearense, cependant, peu connue et encore peu étudiées, du point de vue de la culture de Ceará et sa apport pour l'éducation. Dans cet article, nous analysons cet artefact de la culture noir caririense en établissant les relations avec l'influence africaine au Brésil. L'étude des africanités caririenses dévoilé histoires inconnues et qui portent des éléments importants pour comprendre le contexte historique et culturel local. Cette connaissance est opposé au discours de l'invisibilité noir dans

---

<sup>1</sup> Pedagoga e Especialista em Arte Educação pela Universidade Regional do Cariri (URCA), Mestre e Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Professora do Departamento de Educação da Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: ciceranunes@hotmail.com.



état de Ceará et constitue un élément important dans la formation des enfants et des jeunes noirs et non-noirs qui fréquentent les écoles locales.

**Mots-clés:** Congos de Miracles; Africanité; Éducation.

## LOS CONGOS DE MILAGROS: CULTURA Y RESISTENCIA NEGRA EN EL CARIRI CEARENSE

**RESUMEN:** Los Congos de Milagros son parte del legado africano en el Cariri cearense, pero, poco conocidos y aún poco estudiados, del punto de vista de la cultura del Ceará y de su aporte para la educación. En el presente artículo hacemos un análisis de este artefacto de la cultura negra caririense estableciendo las relaciones con la influencia africana en el Brasil. El estudio de africanidades caririenses desveló historias desconocidas y que cargan elementos significativos para comprender el contexto histórico cultural local. Este conocimiento se opone al discurso de la visibilidad negra en el Estado del Ceará y se constituye componente importante para la formación de los niños y jóvenes negros y no negras que se van a las escuelas de la región.

**Palabras-clave:** Congos de Milagros; Africanidades; Educación.

### INTRODUÇÃO

O artigo se propõe a fazer uma discussão sobre cultura de base africana, como foco na análise dos Congos de Milagres<sup>2</sup>, grupo cultural de matriz africana presente na região do Cariri cearense. Esta manifestação, de origem banto africana, apresenta como uma de suas características mais fortes um cortejo real e festivo, em que pela via das músicas e das danças, os negros se encontram com suas raízes ancestrais e louvam Nossa Senhora do Rosário.

Este artefato da cultura negra caririense está relacionado às práticas de coroação de reis e rainhas que aconteciam durante o Período Colonial, especialmente nas irmandades religiosas em devoção a Nossa Senhora do Rosário, instituição presente em várias cidades do Ceará. O estudo dos Congos caririenses contribui para confirmar a forte presença negra no Estado, contrapondo-se ao discurso recorrente de que no Ceará não há negros. Reconhecemos que o conhecimento e a valorização da cultura dos povos afrodescendentes existentes no Ceará se constituem em aprendizado relevante sobre a

---

<sup>2</sup> Cidade do Cariri cearense, Milagres localiza-se na região Sul do Estado do Ceará, próximo aos Estados do Pernambuco e Paraíba.



ancestralidade afrocearense e devem ser trabalhados pedagogicamente em âmbito escolar.

O legado de conhecimentos materiais e imateriais transplantados pelos povos africanos para o Brasil são importantes na construção identitária dos povos negros e nas discussões em torno da necessidade de uma educação pautada na pluralidade da sociedade brasileira. Esses conhecimentos nem sempre são valorizados, apesar das reivindicações das organizações dos movimentos negros para que se tenham a inclusão de conteúdos referentes à história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos das escolas de todo país, tal como determina a Lei nº. 10.639/03.

Temos uma educação que desvaloriza a cultura de base africana e ignora a importância da África para a compreensão da sociedade brasileira, reveladora do racismo que atinge a maioria das populações afrodescendentes no Brasil. Este quadro aponta para a necessidade de se compreender como ao longo do seu processo histórico e social o povo negro tem ressignificado os valores socioculturais de base africana e construído formas bem particulares de cultura.

Na primeira parte do texto, traçamos um panorama histórico da presença e das origens da congada no Brasil e da relação com os Congos de Milagres – Ceará. Identificamos elementos que comprovam que os Congos são parte do legado africano do Cariri cearense, o que nos ajudam a (re)discutir o discurso da invisibilidade negra fortemente presente no Estado do Ceará. Na segunda parte do texto trazemos a palavra como elemento fundamental na preservação e na transmissão desse conhecimento ancestral. Nesse contexto de reelaboração simbólica, os mais velhos exercem papel fundamental.

### **AS CONGADAS NO BRASIL E NO CARIRI CEARENSE: UM BREVE PANORAMA HISTÓRICO**

A presença dos Congos no Cariri cearense são uma marca da resistência da população negra ao regime de dominação a que historicamente estão submetidos. Essa manifestação recria os princípios de convivência e comunalidade, estabelece os elos com os nossos ancestrais através de uma linguagem mítica e sagrada, como também redimensiona os laços de irmandade em todo o território brasileiro (SOUSA, 2007).



Na cidade de Milagres, estão presentes desde o tempo da escravidão (BARROSO, 1996). O grupo é coordenado pelo mestre Doca Zacarias que herdou a brincadeira dos seus pais e avós e tem procurado manter a manifestação viva. Nessa comunidade “[...] o mestre brincante é um portador ativo de uma tradição, que guarda em seu corpo a memória de um saber coletivo” (BARROSO, 2007, p. 485).

Nos Congos o conhecimento é transmitido através dos mais velhos e dos mais experientes para as gerações mais novas no intuito de que estas mantenham a manifestação viva. O estabelecimento de laços de afetividade e solidariedade, os elos de amizade, a forte relação com a ancestralidade, o respeito aos antepassados como uma obrigação sagrada são valores que estabelecem os vínculos entre o universal e o particular, em um movimento de circularidade entre o passado e o presente que recria a cosmovisão africana no Brasil.

Foi com seu pai e avô que Doca Zacarias, mestre que coordena o grupo de Congos no município de Milagres, iniciou-se na brincadeira e tem repassado o conhecimento a seus filhos e netos. O grupo é composto por filhos, netos, genros, noras e alguns parentes mais distantes. Essa família comunitária é liderada pelo mestre que tem a responsabilidade de transmitir o conhecimento para as gerações mais novas. Essa convivência marcada pela solidariedade nos remete aos valores da civilização africana, onde a família é o núcleo fundamental; trata-se de uma obrigação sagrada para a família africana conhecer e respeitar os antepassados (ALVES, 2006).

Nos Congos de Milagres o mestre reinventa o sentido tradicional dessa manifestação quando estabelece a relação das batalhas encenadas ao combate da força dos Reis de Congo contra as forças do Rei brasileiro na luta pela abolição da escravatura, só conseguida com a intervenção da Princesa Isabel que atende a um pedido de Nossa Senhora do Rosário. (BARROSO, 2007). O autor complementa ainda que: “[...] a Princesa Isabel substituiu a rainha Ginga, de Angola, como a mãe dos negros, e Dom Pedro substituiu os mouros como adversário do rei cristão africano” (*id ibid.*, p. 401). Nas palavras do mestre percebemos que a nossa africanidade está representada nessa manifestação: “Isso foi no tempo na África, naquele país que chama [...] era a África mesmo” (DEPOIMENTO DE DOCA ZACARIAS).

A encenação vivida todos os anos no Distrito do Rosário, localidade onde foi erigida uma igreja em devoção à Nossa Senhora do Rosário, na cidade de Milagres, é



uma referência a guerra entre Portugal e o rei do Congo D. Garcia, em 1666. Na concepção de Ramos (2007, p. 49) o auto trata-se do delineamento dos grandes complexos primitivos que envolve: “[...] o poder absoluto do pai, a revolta dos filhos, a morte do pai, a confusão, a instalação do matriarcado e a preparação do herói para o seu advento, o sacrifício e a morte do herói filho, a sua ressurreição”.

Sobre esse acontecimento Barroso (1996) informa que em 1482 os portugueses chegam ao rio Zaire e encontram nessa região da África o império do Congo. Na descrição do autor, o reino do Congo era formado por uma confederação de tribos e pequenos reinos, sob o comando de uma monarquia absoluta. Assim, o reino do Congo compreendia Ngoio, Makongo, Ngola, Makamba, Ambundi, Matamba, Lula, Nzeuza e Libolo, além de vários dembados, sobados e sobetados todos reunidos em um império que tinha por capital Mbanza Kongo.

O processo de colonização no Congo veio acompanhado da disseminação do catolicismo que atingia inicialmente os reis que tomavam nomes portugueses e realizavam batismos. Nesse processo de evangelização Portugal pretendia interferir na organização política e social desse reino. Os missionários europeus que adentravam ao Congo levantaram várias igrejas, entre elas uma em Mbanza Kongo em devoção à Nossa Senhora do Rosário. Além disso, a igreja católica passa a influenciar na escolha e solenidades de entronamento dos reis de Congo (BARROSO, 1996).

O autor informa ainda que em 1648 o então Rei do Congo D. Garcia Afonso II recebe das mãos do padre João Francisco uma coroa de prata presente do Papa Inocêncio X. A colonização nessa região do continente africano expande-se durante o reinado de D. Garcia atingindo Angola e Benguela que colidia com os objetivos expansionistas desse rei o que acabou provocando um choque no ano de 1666, em Ambuíla. Os súditos do rei D. Garcia são derrotados durante a batalha e ele morre juntamente com seu filho, o príncipe herdeiro, o que coloca Portugal com o controle absoluto sobre esse reino e o título de rei de Congo passa a ter para os portugueses um significado apenas formal, embora entre os africanos estes gozassem do prestígio do poder tradicional (*id ibid.*).

Interessante notar a descrição realizada por Ramos (2007, p. 32-33), que na tentativa de recompor o drama nas suas partes essenciais, também faz referência a morte de um príncipe:



As *dramatis personae* mais significativas são o Rei (*reis* ou *emperadô*), a Rainha, o Mameto (príncipe Suena, em algumas versões), o Quimboto (feiticeiro), o Embaixador, o Capataz, príncipes, princesas, guerreiros. O desenvolvimento do brinquedo é o seguinte: a Rainha envia os seus embaixadores à corte do Rei congo. Há várias peripécias no meio das quais surge o Mameto que pede satisfações ao embaixador. Declara-se a luta. Morre o Mameto (em algumas versões é morto por uma entidade ameríndia: o Caboclo, de olho trágico e brandindo um terrível tacape). Mas o Quimboto tem o poder de ressuscitar o Mameto, fazendo-o com evocações, passes mágicos e cânticos que são respondidos pelo coro. O Mameto ressuscita em meio a uma grande alegria, e o auto termina com danças e cânticos que festejam o acontecimento.

Este autor também faz referência à presença de um príncipe chamado D. Henrique, personagem importante em algumas versões do auto dos congos:

O nome de D. Henrique, que aparece em algumas versões do auto dos congos, é, provavelmente, um dos reis do Congo que tomavam nomes portugueses. Houve mais de um Henrique na história do Congo, sendo o principal D. Henrique, parente próximo de D. Diogo, ‘o mais faustoso monarca congusês’, no testemunho de Serpa Pimentel. Este D. Henrique foi o último da dinastia dos antigos reis do Congo e não deve ser confundido com o outro D. Henrique, muito mais recente, da dinastia dos Águas-rosadas (RAMOS, 2007, p. 46).

Em registro de Gustavo Barroso, realizado entre os anos de 1902/1909 em Fortaleza, Ceará e citado em Rabaçal (1976), os personagens são: D. Henrique Cariongo, Rei do Congo, Príncipe Sueno, herdeiro da coroa; Secretário, segundo filho do Rei; outro Príncipe, terceiro filho do Rei; Embaixador da Rainha Ginga; número variável de oficiais do Rei e do Embaixador; Soldados deste e Soldados – Dançarinos da Corte. No desfecho do enredo que envolve uma luta entre o Embaixador da rainha Ginga e o Rei do Congo, nesta o príncipe também é morto. A ressurreição do príncipe também aparece em grupos do Rio Grande do Norte em registro de 1928 e 1929 feito por Mário de Andrade.

O mestre Doca Zacarias refere-se a Congada como uma prática existente apenas em Milagres, no entanto é importante considerar ser esta uma manifestação presente em várias regiões do Brasil apesar de sofrer algumas variações de acordo com as características de cada lugar, o que nos traz a necessidade de traçarmos uma visão de conjunto desse elemento cultural. Na opinião de Martins (1997, p. 35):

Em sua coreografia ritual, na cosmovisão que traduzem e em toda a sua tessitura simbólica, os festejos e cerimônias dos congos, em toda sua variedade e diversidade, são microssistemas que vazam, fissuram, reorganizam, africana e



agrafamente, o tecido cultural e simbólico brasileiro, mantendo ativas as possibilidades de outras formas de veridicção e percepção do real que dialogam nem sempre amistosamente, com as formas e modelos de pensamento privilegiados pelo Ocidente.

Alves, Lima e Albuquerque (1990, p. 30) também registram as variações que os enredos dos Congados sofrem em diferentes regiões do Brasil:

Na Bahia, o matador do príncipe, filho da Rainha Ginga, é uma indígena (cabocla); o príncipe morre e ressuscita. Em Pernambuco a estória acaba com uma festa e reconciliação dos opositores. Em Atibaia, São Paulo, o príncipe não morre nem há intervenção do feiticeiro, mas uma guerra entre o rei e um general invasor, que é vencido e batizado como modelo dos mouros e cristãos.

Apesar dessas variações é possível identificarmos elementos comuns nas várias manifestações do Congo espalhadas pelo Brasil. Segundo Matos (2000, p. 09) nas descrições dos pesquisadores percebemos essas semelhanças:

Em primeiro lugar, configuram-se como desfiles por vias e logradouros públicos, em direção a cenários religiosos, ou cortejos cujos participantes, acompanhados por grupos instrumentais, entoam versos, desempenham floreios, ou seja, passos coreográficos. Em segundo lugar, teatralizam lendas guerreiras, descrevendo segundo A. Ramos, choques armados que se originam da invasão de um reino pelas forças de um embaixador desconhecido (nesta acepção aparecem os grupos de V. Boa (GO), Lambari, Alfenas (MG), Sorocaba, V. Lindóia, Ilha bela (SP), ou teatralizam lutas entre um rei de Congo e uma rainha Ginga, nomes que denotam clara influência africana, e que, segundo A. Ramos e M. Andrade, constam nos registros em Angola (este tema foi encontrado por A. Ramos na cidade de Tejuco (MG), Goiás, Pernambuco, Lapa (PR) e Itaparica (SP), em Fortaleza e no Rio Grande do Norte.

Sobre a época da realização do festejo o calendário varia nas diversas regiões do Brasil, pois dependem das festas religiosas que são estabelecidas pelas comunidades. No município de Milagres, o festejo acontece todos os anos na Igreja do Rosário, no mês de outubro, período em que são celebradas as novenas em devoção à esta santa.

Apesar das alterações que as congadas vêm sofrendo ao longo do tempo, consequência do contato dos africanos com outros povos, esta se trata da representação das “[...] antigas lutas das monarquias e reinos africanos entre si e contra o colono invasor” (RAMOS, 2007, p. 30).

Martins (1997) também reconhece as modificações que a manifestação vem sofrendo ao longo do tempo e de acordo as histórias e o contexto dos lugares que as



assimilam, recriam e produzem. Para a autora as recorrências, supressões e acréscimos são próprios dos processos de transmissão oral. Assim, a manifestação não se conserva com a mesma pureza temática que lhe deu origem.

Para Sodré (1988), esse processo de reelaboração das regras originais dos elementos da cultura de base africana que se dar através da aproximação entre os contrários não produziram uma síntese histórica de dissolução das diferenças, mas preservou uma matriz fundadora com vistas à manutenção de um patrimônio comum e a conquista de um território social mais amplo para a etnia negra, embora diversificado na especificidade do ritual.

Apesar de reconhecer que as culturas negras de um modo geral pagaram o seu preço em termos de descaracterização e expropriação de muitas formas originais, na concepção deste autor isto fazia parte das mutações no interior dos grupos, dos acertos ou negociações implícitas para a garantia da continuidade simbólica na diáspora. Nesse processo de reelaborações históricas “A força de conviver com a diversidade e integrar as diferenças sem perder o horizonte da matriz simbólica originária é a principal característica do jogo negro” (SODRÉ, 1988, p. 130).

Cunha Jr. (2010) faz um esclarecimento importante sobre as relações entre europeus e africanos e ajuda a compreender as origens das congadas brasileiras:

Por pensarem a história africana como constituída por blocos isolados, não chegam a pensar nas relações diplomáticas e culturais entre as regiões africanas, e destas com o resto do mundo. Então, ficamos com dificuldades de entender as embaixadas apresentadas nos reizados e congados brasileiros. Dizem que são de origem portuguesa os fatos consolidados na história africana e transmitidos para o Brasil. São pensados por pesquisadores que só vêm as relações diplomáticas como parte da política européia, e não da africana, como se esta relação diplomática entre países não fosse necessária no passado africano (CUNHA Jr., 2010, p. 261).

Essas comunidades negras, em contato com o Novo Mundo, evocavam tradições que ainda que não fossem exatamente iguais às de seus ancestrais a eles os remetiam. A eleição de reis negros servia de elo entre a comunidade negra e um passado idealizado (SOUZA, 2002). Segundo a autora: “O agrupamento em nações específicas não significava a reprodução exata de padrões culturais anteriores, mas a recriação de uma Africanidade nas Américas” (*id. ibid.*, p. 172). A autora faz uma observação importante relacionada às origens dessa manifestação:





Se lembrarmos da diversidade e do isolamento entre as regiões da América portuguesa, já existentes quando a colonização se agarrava ao litoral e agudizada com a penetração do território, empreendida principalmente pelos paulistas em busca de nativos e riquezas minerais, torna-se ainda mais interessante perceber que, em quase todas as regiões que receberam mão-de-obra africana, as comunidades negras escolheram reis que cumpriam papéis rituais e sociais e eram festejados com danças, música e teatralizações (*ibidem*, p. 80, 81).

Sobre as relações com o continente africano, a autora chama à atenção para a forma básica de organização social do festejo em torno da reunião de diversos grupos familiares e de chefes tribais que eram eleitos de acordo com as normas da tradição e sendo fundamental a sua aceitação pelo líder religioso, tendo em vista que poder político e religioso estavam associados.

Outras características importantes destacadas pela autora que demonstram que a raiz africana está presente no processo de escolha dos reis tratam-se da utilização de instrumentos africanos e dos movimentos da dança marcados pela velocidade dos passos e independência entre os membros superiores e inferiores nos passando a impressão de gestos em desarmonia. Essas características são bem diferentes das danças europeias que se caracterizavam pela rigidez no tronco e coerência entre braços e pernas.

Não há consenso entre os autores quanto as primeiras manifestações desse festejo no Brasil. Segundo Ramos a realização dos autos populares dos Congos são do início do século XVII. Pereira da Costa informa que a data mais remota de realização desses festejos é 24 de junho de 1706 (RAMOS, 2007).

Para Matos (2000) o primeiro registro do Congo data de 1711. Segundo esta autora o festejo é descrito por D. Manoel Álvares da Costa quando assume o compromisso através da irmandade de Nossa Senhora do Rosário de libertar seus negros para dançarem.

Pesquisa realizada por Alves, Lima e Albuquerque (1990) aponta que acontece em Recife no ano de 1674 um dos primeiros registros da coroação de reis de Congo no Brasil. As autoras descrevem a solenidade onde um casal de negros era conduzido até a igreja onde eram coroados pelas autoridades religiosas. Os participantes do cortejo cantavam e dançavam “[...] num espetáculo de virtuosismo e exibicionismo, coreografias como de uma ópera popular com enredo épico, simulando golpes de espada e outras armas” (*id ibid.*, p. 30).



Martins (1997) também levanta informações sobre as primeiras ocorrências dessa manifestação no Brasil. Segundo a autora Gomes e Pereira em *Negras raízes mineiras: os arturos* também relatam um festejo em homenagem à coroação de reis de congo em 1674, em Recife, Élsie Girardelli consultando a obra de Nina Rodrigues se refere a dados relativos à Pernambuco no ano de 1706 e ainda Moraes que relata com detalhes uma cerimônia de coroação de reis negros na capela de Nossa Senhora de Lampadosa, numa localidade denominada Rosário, no Rio de Janeiro, no ano de 1748.

Segundo Rabaçal (1976) a primeira notícia sobre os Congos, Congados, Congadas, data de 06 de junho de 1760 em festa realizada em Santo Amaro, na Bahia, em comemoração pelo casamento de D. Maria I de Portugal com o príncipe D. Pedro, entre os vários festejos realizados constava um reinado de Congos. Em 1818 é realizada em Tejuco, Minas Gerais por ocasião da coroação de D. João VI. O mesmo festejo é registrado em 1819 em outras cidades desse Estado como em Vila Boa, Traíra, Campinas de Outr'ora, Vila Morro Velho. Encontrado também em Conceição do Arroio, atual Osório, no Rio Grande do Sul.

Citando o Jornal Tribuna de Minas de Belo Horizonte, do dia 17 de agosto de 1954, o autor se refere aos estatutos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, de São Gonçalo do Sapucaí, em Minas Gerais. Esses estatutos nasceram de compromisso datado de 07 de novembro de 1880 e obrigava os seus fiéis a realizar todos os anos a festa da padroeira que recebeu o nome de “Festa do Congado”.

No século XX, Rabaçal (1976) registra a realização desse festejo na cidade do Rosário, em Mato Grosso; em Iguape, no litoral sul do Estado de São Paulo e na cidade de Sorocaba, no ano de 1923; na cidade de Conceição da Barra, no Espírito Santo; na cidade de Lapa no Paraná, no ano de 1926. O autor cita Gustavo Barroso, que revela ter convivido com os autos do Congo em Fortaleza, capital do Ceará por volta do ano de 1910 em festejos realizados por dois grupos rivais no período de dezembro a janeiro e o Almanaque da França, em São Paulo, correspondente à 1913 que traz uma bibliografia do folguedo com informações de que o grupo era formado na maioria por negros e escravos que durante o setenário do Espírito Santo gozavam de liberdade. Além desses Estados, o autor registra a ocorrência da manifestação no Rio de Janeiro, Goiás, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Sergipe. Sobre os detalhes dessas ocorrências o autor informa que:



Em São Paulo, o folguedo foi encontrado em 180 coletividades, seguindo-se por ordem decrescente de incidência os Estados de Minas Gerais, com 26, Sergipe, com 08, Bahia e Ceará, com 06 cada um, Goiás, com 05, Espírito Santo e Rio Grande do Sul, com 04, Piauí, Rio de Janeiro e Santa Catarina, cada um com 03, Maranhão, Mato Grosso, Paraná e Pernambuco, respectivamente cada um com duas comunidades, e Guanabara, Paraíba e Rio Grande do Norte, com uma localidade cada. Para 11 dessas localidades, das quais seis em Minas Gerais e cinco em São Paulo, os registros mostram a existência de mais de um grupo de congadeiros. Para as outras a bibliografia é omissa, não fazendo menção a essa particularidade (RABAÇAL, 1976, p. 198).

Sobre a época da representação, o autor informa que variam muito, pois dependem do calendário das festas religiosas que são estabelecidas por cada comunidade, sendo Nossa Senhora do Rosário e São Benedito os santos mais homenageados. Seguem uma estruturação que dependendo do grupo, podem ser catalogados em grandes motivos condutores:

- I – desfiles por vias e logradouros públicos, em direção a cenários religiosos, ou cortejos, cujos participantes acompanhados por grupos instrumentais entoam versos desempenhando rápidos e simples passos coreográficos;
- II – a representação de lutas entre mouros e cristãos, com base, em alguns casos em episódios da história de Carlos Magno e dos Doze Pares de França;
- III – a teatralização de lutas entre um Rei do Congo e uma Rainha Ginga;
- IV – o desenvolvimento de Embaixadas Diplomáticas entre realezas distantes (*id ibid.*, p. 63).

Na concepção de Martins (1997, p. 37): “Os Congados expressam muito do saber banto, que concebe o indivíduo como expressão de um cruzamento triádico: os ancestrais fundadores, as divindades e ‘outras existências sensíveis’, o grupo social e a série cultural”. Os Congos de Milagres recriam aspectos da organização social e política africana. Nesse processo de ressignificação reafirmam a recriação de seu território e da sua territorialidade.

De acordo com Sousa (2007, p. 07): “A concepção de territorialidade possibilitou recriar os espaços-território; na territorialidade estão firmados os princípios de convivência e comunalidade. É a territorialidade que redimensiona os laços de irmandade”. Nesse sentido, a dinâmica socioeducativa presente nos Congos de Milagres se fundamenta na ancestralidade africana e o ritual transforma-se em um processo de transmissão de conhecimentos.

Martins (2006) define os Reinados ou Congados como sendo:



Um sistema religioso que se institui no âmbito da religião católica, veiculadas por cerimônias festivas e por celebrações que gravitam em torno de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Efigênia e Nossa Senhora das Mercês. Performados por meio de uma estrutura simbólica e litúrgica complexa, os ritos incluem a participação de grupos distintos, denominados *guardas*, e a instauração de um império negro, no âmbito do qual autos e danças dramáticas, coroação de reis e rainhas, embaixadas, atos litúrgicos cerimoniais e cênicos criam uma performance mitopoética, que reinterpreta as travessias dos negros da África às Américas (MARTINS, 2006, p. 67-68).

Nos Congos de Milagres a entrada no grupo se dá através de uma promessa feita à Nossa Senhora do Rosário; a devoção aos Congos é uma forma de agradecer à santa as graças alcançadas o que independe de serem bons dançadores. Todo o enredo e seu desdobramento giram em torno do louvor à santa. Nesse caso, os brincantes sentem-se na obrigação de participar do festejo durante toda a sua vida. No entanto, pessoas que não estão pagando promessa, mas demonstram interesse, disciplina e disposição para aprender a dança e as peças também podem participar. Elias Roseno, que dança no grupo há mais de 40 anos, ressalta a sua devoção:

Comecei nos Congos na idade mais ou menos de uns 28 anos, por aí assim, tem mais de 40 anos que faço parte dos Congos por causa de uma promessa que eu fiz com Nossa Senhora do Rosário e fui valido, eu me peguei com ela para entrar nos Congos até morrer, só sair um dia quando não puder mais fazer movimento.

A devoção à Nossa Senhora do Rosário sempre esteve ligada à vitória nas batalhas que os cristãos moviam contra aqueles que eram considerados hereges pela Igreja Católica, como também a libertação dos escravizados que se dava após as batalhas (MARTINS, 1997). Na África, a devoção e a sua entronização como padroeira dos negros teria se dado em virtude da “[...] aparição de uma imagem da santa em Argel, possivelmente no deserto, inaugurando, em relação a essa divindade católica, todo um processo de reelaboração mítica, que se estende da África ao Brasil” (*id. ibid.*, p. 49). A autora informa que no Brasil a lenda sofre variações em torno de um mesmo tema.

Segundo Alves, Lima e Albuquerque (1990), são os catequizadores dos primeiros séculos que incentivaram o culto de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Edwrigens e outros padroeiros. Daí a existência desses grupos no século XX com a realização de eventos populares ligados ou não à Igreja Católica com uma infinidade



de denominações: Congo, Congada, Cacumbil, Ticumbi, Moçambique, Festa do Santo Preto, Taieras, Quilombo, etc. Souza (2002) também atribui essa devoção aos dominicanos que durante a Idade Média, além da devoção à Nossa Senhora do Rosário, incentivaram a recitação do terço. Grupos esses que tradicionalmente têm feito parte do cortejo real nas procissões dos padroeiros, mas que nos últimos anos vêm se esvaziando cada vez mais.

A organização dos negros em confrarias do Rosário e São Benedito foi uma imposição de fora da África, como estratégia para uma cristianização mais profunda. Na concepção de Souza (2002, p. 183): “Mesmo existindo notícias de eleição de reis por grupos de negros que não estavam organizados em irmandades, foi nesses que se desenvolveu a festa de reis negros”.

Como já relatado nesse texto, não se sabe exatamente quando essas confrarias passaram a se organizar no contexto brasileiro, mas há registro de festas realizadas nas irmandades de preto na Bahia desde o ano de 1633 (ALVES; LIMA; ALBUQUERQUE, 1990). Na opinião dessas autoras:

O conteúdo dessas festas africanas no ritual católico não serviu apenas para os negros extravasarem suas tradições religiosas e estéticas. Para os brancos o espetáculo serviu de instrumento de dominação através do ensinamento social e político. Assim, através da coroação de reis e imperadores negros, cantorias e coreografias, o negro aprendia que sua posição hierárquica era sempre inferior. Sua possibilidade criativa e de poder se limitava a esses momentos não sérios. Ser rei ou rainha só era possível fora da realidade, na festa (*id ibid.*, p. 23).

As autoras supracitadas atestam que para além da imposição do catolicismo, os negros também se valiam dos espaços cristãos para manter vivos seus costumes tradicionais. Assim, o disfarce foi utilizado para adorar os deuses africanos, como também para passar mensagens de perigo ou de organização de fugas; os versos eram utilizados para transmitir outras mensagens. Dessa forma é que as irmandades transformaram-se em instrumento de resistência à escravidão e local de resguardo das religiões africanas sob o manto protetor do catolicismo. A igreja católica ofereceu como alternativa para a necessidade mística e social dos africanos a organização em confrarias ou irmandades negras sob a proteção de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Acerca dessa questão Alves, Lima e Albuquerque (1990, p. 24) afirmam que:



A religiosidade era acima de tudo um ato camuflado, já que suas homenagens aos padroeiros não passavam de um disfarce. Traçavam sob o chão de terra batida mitos de orixás, e sob a proteção de Nossa Senhora do Rosário esteve muitas vezes o culto de Iemanjá. As cantorias misturadas com palavras africanas passavam mensagens de perigo ou de organização de fugas. O sentido explícito dos versos esteve muitas vezes disfarçando outras mensagens.

Apesar das irmandades em algumas situações terem reforçado a rígida estrutura social brasileira, pois existiram confrarias de brancos, negros e mestiços, rivalizando-se entre si pelos direitos e privilégios nas procissões e itinerários religiosos, o que fortalecia a discriminação racial (ALVES; LIMA; ALBUQUERQUE, 1990; SOUZA, 2002), é importante considerar que elas exerceram o papel de canal de reivindicação e promoção, instrumento de luta pela alforria de seus associados, além de espaços de expressão religiosa dentro dos marcos consentidos pelo colonialismo.

### A IMPORTÂNCIA DA PALAVRA COMO FONTE DE CONHECIMENTO

A transmissão dos conhecimentos na Congada, assim como nas culturas de tradição oral, é passada de geração à geração, na maioria das vezes de pai para filho. Na comunidade de Milagres os mais velhos são detentores do conhecimento ancestral e carregam a responsabilidade de manter esta prática cultural viva. A palavra, nesse contexto, tem uma importância fundamental, pois é através dela que se dá a transmissão da visão de mundo africana.

A palavra é dotada de teor sagrado, tem poder de criação, modifica a história do cotidiano e ainda, possibilita a contestação, a dúvida, a troca de ideias e a transmissão de conhecimentos. Enquanto uma forma de transmissão de saberes étnico-culturais é de grande relevância na comunidade, “[...] pois trata-se de um processo de vivências, de partilhas, de criação de linguagem, de relação eu-outro” (ALVES, 2006, p. 403).

Leite (s/d) esclarece que na concepção africana não se confunde ausência de escrita com analfabetismo e a palavra é tomada como elemento vital da personalidade, além de possuir papel decisivo na observância das normas ancestrais. Segundo o autor:

[...] a palavra constitui um universo concreto revelador das principais proposições históricas de uma dada sociedade, sendo capaz de explicar a organização do mundo e da realidade, bem como as práticas sociais globais, a captação, o exercício, o acúmulo e transmissão de conhecimento, segundo valores civilizatórios próprios nascidos de sua identidade profunda (*id. ibid.*, p. 38).

O autor esclarece ainda que não se deve confundir a palavra com a oralidade humana embora esta seja uma das formas da palavra se manifestar:

Nesse sentido, é um processo social interativo em várias instâncias mais imperiosas, com o que tende a explicar sistematicamente as diversas configurações da história e da vida em fluxo. Assim, cada evento decisivo constitui uma palavra, ou seja, constitui um enunciado abrangente com seus respectivos desdobramentos destinado a objetivar fatores cruciais. Designa-se dessa forma, sob o termo geral da palavra, o conjunto de enunciados históricos vitais existentes relativos a uma dada sociedade, que a explica no tempo e no espaço (*ibidem*, p. 38).

Para as sociedades tradicionais africanas a palavra é “[...] portadora da ‘força’ que anima e vitaliza o mundo” (OLIVEIRA, 2006, p. 47). Para a autora, a palavra é dotada de origem divina, é um instrumento do saber, atua como criadora do universo, é expressão da Força Vital e tem poder de transformação. Por meio da palavra na África tradicional aprendia-se sobre a história da família, sobre os fatos históricos, sobre os contos que traziam os ensinamentos (HAMPÂTÉ BÂ, 2003).

Hampâté Bâ (2003, p. 170) ressalta a importância da palavra quando informa que “[...] desde nossa mais tenra idade, o meio em que estávamos mergulhados era o verbo”.

Na concepção de Alves (2006, p. 102): “A expressividade do povo negro, através da palavra, constitui prática fundamental no cotidiano da comunidade. Falar faz ecoar sentido e significado às ações do dia-a-dia”. Esta autora também destaca a importância da palavra e do diálogo nas sociedades tradicionais africanas. Ressalta ainda que o corpo também participa desse processo, pois os nossos gestos, os tons das palavras, do silêncio, revelam nossas intenções.

Para Martins (2006, p. 84) “[...] o corpo é um texto que, simultaneamente, inscreve e interpreta, significa e significado, sendo projetado como continente e conteúdo, lugar e veículo da memória”.

Na Congada de Milagres, os iniciantes passam por um processo de aprendizado que se dá basicamente através da oralidade e da imitação. As crianças que se interessam pela dança logo são incentivadas pelo mestre a observar os brincantes mais experientes e tentarem repetir os movimentos. O ritual transforma-se em um processo de transmissão de conhecimentos.

Essa forma de transmissão do conhecimento também nos remete à importância da ancestralidade para o povo africano. Hampâté Bâ (2003, p. 23) reforça essa importância quando informa que “Na África tradicional, o indivíduo é inseparável de sua linhagem, que continua a viver através dele e da qual ele é apenas um prolongamento”.

Oliveira (2006) se refere à importância da ancestralidade permitindo que os princípios da experiência africana alterem a experiência desse povo no mundo. “A ancestralidade é a fonte de onde emergem os elementos fundamentais da tradição africana” (*id ibid.*, p. 165). Foi através dela que se organizaram as práticas sociais e rituais afrodescendentes. A ideia de ancestralidade parte do reconhecimento e respeito aos conhecimentos transmitidos à comunidade através da memória. A ancestralidade é o que fundamenta o pensamento africano, é a principal fonte de conhecimento.

De acordo com Videira (2005, p. 62), “A ancestralidade faz apelo às famílias e ao contínuo de sucessão de gerações. Esta ancestralidade nos remete à lembrança, à memória, e ao exercício da memória”.

A discussão sobre memória apresenta uma dimensão política, pois é através dela que os afrodescendentes reconstróem sua herança civilizatória; auxilia-nos no processo de conhecimento sobre como as formas culturais são constituídas e ajuda a conhecer o legado cultural africano no contexto brasileiro.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A festa de Nossa Senhora do Rosário em Milagres trata-se de um elemento de resignificação da cultura negra no Cariri cearense; resultado de um processo de reelaborações históricas. Nesta comunidade, é um momento em que se dá a interação entre os seus membros e as divindades, por isso ocupam um papel singular e importante na dinâmica do grupo. O protagonismo dos integrantes é evidenciado durante as celebrações e, portanto, é também um momento de fortalecimento do grupo.

O presente artigo evidenciou que na comunidade de Milagres a dança está presente em todos os momentos da celebração em louvor a Nossa Senhora do Rosário e através dela os integrantes expressam a sua etnicidade, sua história de vida e sua relação





com uma memória ancestral. Parte da história da região do Cariri cearense também pode ser conhecida através dessa linguagem artística, assim como nas músicas que são cantadas, nos figurinos que são utilizados e nas encenações que são realizadas no decorrer das apresentações.

O estudo das africanidades caririenses desvela histórias desconhecidas, mas que carregam elementos significativos para se compreender o contexto histórico-cultural em que se está inserido e, por isso, são componentes importantes para a formação das crianças e jovens que frequentam as escolas da região. Identificamos os valores sociais africanos ligados à ancestralidade, à família, à comunidade, à importância do respeito aos mais velhos, à oralidade, à dimensão da dança como conhecimentos que a escola deve utilizar para ampliar a compreensão da realidade e promover uma educação onde todos se sintam incluídos, reconhecidos e respeitados.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Jucélia Maria; LIMA, Rose Mery de; ALBUQUERQUE, Cleidi. *Cacumbi*: um aspecto da cultura negra em Santa Catarina. Florianópolis: UFSC/Co-edição Secretaria da Cultura e do Esporte de Santa Catarina, 1990.

ALVES, Teodora de Araújo. *Heranças de corpos brincantes*: saberes da corporeidade em danças afro-brasileiras. Natal: EDUFRN, 2006.

BARROSO, Oswald. *Reis de Congo*. Fortaleza: Ministério da Cultura/Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais/Museu da Imagem e do Som, 1996.

\_\_\_\_\_. *Teatro como encantamento*: bois e reisados de caretas no Ceará. [Tese de Doutorado]. Fortaleza: Pós-Graduação em Sociologia/Universidade Federal do Ceará (UFC), 2007.

BRASIL. *Lei nº. 10.639*, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: 2003.

CUNHA JR., Henrique. Nós, afro-descendentes: história africana e afro-descendente na cultura brasileira. In.: ROMÃO, Jeruse (org.). *História da educação dos negros e outras histórias*. Brasília, 2005. p. 249-273.

HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. *Amkoullel, o menino fula*. São Paulo: Palas Athena: Casa das Áfricas, 2003.



LEITE, Fábio. A questão da palavra nas sociedades negro-africanas. In.: *Thot África*. Palas Athena, s/d.

MARTINS, Leda Maria. *Afrografias da memória: o reisado do rosário do jatobá*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.

\_\_\_\_\_. A oralitura da memória. In.: FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.). *Brasil afro-brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MATOS, Maria Aparecida de. *O congo e o chorado na terra das cores, ritmos e ritos seculares*: Vila Bela da Santíssima Trindade. Cuiabá: I Concurso de Dotações para Pesquisa: ANPED/Ação Educativa, 2000. (Projeto Reminiscências Africanas: Se ligue erê no quatererê).

OLIVEIRA, Eduardo David de. *Cosmovisão africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente*. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2006.

RABAÇAL, Alfredo João. *As congadas no Brasil*. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, Conselho Estadual de Cultura, 1976.

RAMOS, Arthur. *O folclore negro no Brasil: demopsicologia e psicanálise*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade: a formação social negro-brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1988.

SOUSA, Edileuza Penha de. *Tamborizar: a presença feminina afro-brasileira na territorialidade da Banda de Congo Panela de Barro*. In.: AGUIAR, Márcia Ângela; OLIVEIRA, Iolanda de; GONÇALVES e SILVA, Petronilha Beatriz; ASSIS, Ahyas; OLIVEIRA, Raquel de. *Educação como exercício da diversidade: em busca de perspectivas dos negros brasileiros*. Caxambu, MG: Anped/MEC-Secad, 2007.

SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei de Congo*. Belo Horizonte: Humanitas-Editora UFMG, 2002.

VIDEIRA, Piedade Lino. *Marabaixo, dança afrodescendente: significando a identidade étnica do negro amapaense*. Dissertação [Mestrado em Educação Brasileira]. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, 2005.

*Recebido em março de 2014  
Aprovado em maio de 2014*